

EDITAL 007/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO	N.º 085/2023
MODALIDADE	PREGÃO PRESENCIAL

O **Conselho Regional de Serviço Social da 25ª Região – CRESS/TO**, autarquia pública federal, com sede na ARSO 405 Sul, Al 32 Lt 24, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, por sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria CRESS/TO nº 36, de 15 de setembro de 2023, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para contratação de empresa especializada na aquisição de móveis planejados para nova Sede do CRESS-TO, compreendendo os serviços de confecção, entrega e instalação, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

I) **RECEBIMENTO DO ENVELOPE DE PROPOSTA E DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO** – Serão recebidos até as **15:00hs, do dia 14 de dezembro de 2023**, na Sede do CRESS/TO, situada na ARSO 405 Sul, Al 32 Lt 24, Plano Diretor Sul, Palmas-TO.

II) **LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL** - Até as 18h00min, do dia 12 de dezembro de 2023.

III) **INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: Às 15:00h, do dia 14 de dezembro de 2023.** As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Setor de Licitações, nos seguintes meios:

- Telefone: 63- 3215 2880;
- E-mail: licitacaocressto@gmail.com ;

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Constitui objeto do presente edital, a aquisição de móveis planejados para nova Sede do CRESS- TO, compreendendo os serviços de confecção, entrega e instalação.

2.1 Todas as especificações e quantitativos estão contemplados no Anexo I, que faz parte integrante deste Instrumento Convocatório e deve ser seguido rigorosamente.

1.2 Integram o edital, dele fazendo parte como transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

I - Anexo I – Termo de Referência. II - Anexo II – Proposta Comercial.

III - Anexo III - Planilha de Formação de Preços. IV - Anexo IV - Modelo de Carta Credencial.

V - Anexo V - Declaração de Concessão de Emprego a Menores.

VI - Anexo VI - Declaração de Fato Impeditivo.

VII - Anexo VII - Declaração de que Atendeu aos Requisitos da Habilitação.

VIII - Anexo VIII - Declaração de Cumprimento e Aceitação das Condições do Edital.

IX - Anexo IX – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

X - Anexo X – Minuta do Contrato.

1.3 A ausência da apresentação de um dos documentos mencionados no item 1.3 deste edital, implicará na desclassificação da Licitante no certame, exceto os anexos I - termo de referência e X minuta do contrato.

2 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 Fará face a esta despesa o recurso classificado na seguinte dotação orçamentária, atinente ao exercício de 2023, sendo: 6.2.2.1.1.02.01.03.001 – Móveis e Utensílios.

3 PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Licitação as empresas que atendam a todas as exigências constantes deste Edital, em especial quanto à documentação, que consiste em:

- a) Credenciamento junto ao Pregoeiro, devendo a Licitante, ou seu representante, comprovar a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame
- b) Declaração da Licitante dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação. Em razão do estabelecido na Lei Complementar n.º 123/06, as microempresas e empresas de pequeno porte que não puderem comprovar sua regularidade fiscal, deverão declarar que atendem às demais exigências de habilitação contidas no Edital;
- c) Declaração para microempresa e empresa de pequeno porte.

3.2 Não poderão participar da presente Licitação empresas:

- a) Concorratórias ou em processo de recuperação judicial ou de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou que estejam com tal direito suspenso perante o CRESS-TO;
- c) Estrangeiras que não funcionem no País;
- d) Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição;
- e) Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- f) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.3. Não será admitida a participação de cooperativas e/ou instituições sem fins lucrativos cujos estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

4 IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 As impugnações lançadas em face do certame em comento serão recebidas até dois dias úteis anteriores a data limite fixada para o fim do recebimento das propostas, as quais deverão ser protocoladas junto a Sede do CRESS/TO, no endereço já declinado.

4.2 Caberá à Autoridade Competente decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias, após

o limite de envio de impugnações. Em caso de deferimento da impugnação apresentada, será tomada uma das seguintes providências:

4.2.1 Anulação ou revogação do edital;

4.2.2 Alteração e republicação do edital, envio de propostas, reabertura de prazo e alteração da data da sessão pública do pregão;

4.2.3 Alteração do edital e manutenção do prazo de envio de propostas e da data da sessão pública do pregão, nos casos em que, inquestionavelmente, a alteração não tenha afetado a formulação das propostas.

4.3 Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até no dia consignado no item 4.1, deste edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal, cópia do documento oficial de identificação, o estatuto social, contrato social em vigor ou última alteração, ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) tratando-se de procurador, cópia do documento oficial de identificação, **Carta de Credenciamento - Anexo IV**, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados da alínea “a”, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

5.2. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo o documento original de identificação que contenha foto.

5.2.1. Todas as licitantes deverão apresentar **a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação – Anexo VII**. A ausência deste documento constitui motivo para a exclusão da licitante do certame.

5.3. Será admitido apenas um (1) representante para cada licitante credenciada.

5.4. A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa da Pregoeira.

5.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº. 123/2006 deverá apresentar o descrito abaixo, sob pena de, não o fazendo no ato de credenciamento, anuir que se considere que renunciou ao seu direito:

5.5.1. Quando **optante** pelo SIMPLES NACIONAL, comprovante de opção pelo simples obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

5.5.2. Quando **não for optante** pelo SIMPLES NACIONAL, Declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da supracitada Lei Complementar.

6. DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser entregue fora dos Envelopes “A” e “B”, e ser apresentada de acordo com modelo estabelecido no **Anexo VII Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação**.

7. DOS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Encerrada a etapa de credenciamento, proceder-se-á ao recebimento dos envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos de habilitação, que deverão ser apresentados, separadamente, em dois (2) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE “A” – PROPOSTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2023

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE E RESPECTIVO CNPJ

ENVELOPE “B” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2023

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE E RESPECTIVO CNPJ

8. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “A” – PROPOSTA

8.1. A proposta deverá:

- a)** ser elaborada conforme modelo do **Anexo II- Proposta**, em papel-timbrado e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada, rubricada em todas as folhas e ao final assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração;
- b)** indicar a razão social da proponente, seu endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico - se houver -, bem como o nome, estado civil, profissão, números de CPF e RG, domicílio e cargo de seu representante legal;
- c)** ter validade não inferior a sessenta (60) dias, contados a partir da data de sua apresentação;
- d)** conter descrição do objeto da presente licitação em conformidade com as especificações e demais características do **Anexo I – Objeto**;
- e)** conter preço global em moeda corrente nacional, em algarismos, com duas (2) casas decimais e por extenso, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- f)** conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e de seus anexos, bem como as omissas, as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e as que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, exorbitantes ou iguais à zero.

8.3. Consideram-se exigências essenciais àquelas que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação de vontade do representante e aquelas cujo atendimento, nesse momento, possa representar risco de fraude aos princípios da licitação.

8.4. Os preços apresentados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos para o

fornecimento do objeto do presente Edital.

8.5. Para a correta elaboração da proposta, a licitante deverá examinar todos os documentos exigidos no Edital, visitar e avaliar os projetos disponíveis aos licitantes, bem como atender a todas as exigências nele contidas e em seus anexos.

8.6. O preço global estabelecido para as funções desempenhadas para o cumprimento do objeto deste Edital será apresentado pela licitante na **Proposta - Anexo II** do Edital. **Os números posteriores à segunda casa decimal serão desconsiderados pela Pregoeira. Em caso de divergência entre a discriminação dos valores escritos em algarismos e os expressos por extenso, serão considerados os valores mais vantajosos para o CRESS-TO. A fase de lances tomará esse preço como referência.**

8.7. Caberá à Pregoeira decidir, motivadamente, acerca da aceitabilidade da Proposta quando houver divergência com o Edital e não implicar alteração na prestação do serviço do presente Edital.

9. DO PREÇO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Para fins de estimativa de valor a ser pago pelo Contratante à Contratada pela aquisição e prestação dos serviços do presente Edital, utiliza-se como referência o valor de R\$ 86.205,19 (oitenta e seis mil, duzentos e cinco reais e dezenove centavos).

9.2. A quantia apresentada acima não indica qualquer compromisso futuro, tão somente refletindo valores estimados.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até dez por cento (10%) superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos três (3) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de três (3). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

10.2. A Pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valores, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preço.

10.2.1. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

10.3. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

10.4. A etapa de lances será considerada encerrada quando os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, considerando-se selecionado o último lance.

10.5. A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

10.6. O procedimento a ser adotado no caso de ocorrência de empate, quando a menor proposta ou o menor lance não for ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte beneficiária

do regime diferenciado instituído pela Lei Complementar nº. 123/2006, será o que se segue:

10.6.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até cinco por cento (5%) superiores à proposta mais bem classificada durante a etapa de lances.

10.6.2. Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, proceder-se-á da seguinte forma:

10.6.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada no intervalo percentual de até 5% definido nos termos do subitem 11.6.1., será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de cinco (5) minutos em situação de empate, sob pena de preclusão. Apresentada proposta nas condições referidas, proceder-se-á à análise da documentação de habilitação.

10.6.2.2. Não sendo declarada vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, será convocada a remanescente que porventura se enquadre na hipótese do subitem 10.6.1., na ordem classificatória, para, querendo, exercer o mesmo direito.

10.6.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 11.6.1., será realizado sorteio entre elas, definindo e convocando automaticamente os vencedores do sorteio para, querendo, formular melhores ofertas.

10.7. Após a negociação, se houver, a Pregoeira examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

10.8. No caso de a sessão do Pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fecho, ficarão sob a guarda da Pregoeira e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas das licitantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

11. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “B” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Após o encerramento da fase de lances verbais, com a classificação das propostas na forma prescrita neste edital, proceder-se-á a abertura do Envelope “B”, para análise dos documentos de habilitação da primeira proponente classificada.

11.2. Será considerada habilitada a proponente que apresentar os documentos relacionados no item 11.9.

11.3. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados por cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia comum acompanhada do original para autenticação pela Pregoeira ou por membro da Equipe de Apoio.

11.4. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documento; ou
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

11.5. A verificação será certificada pela Pregoeira e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.6. A Administração não se responsabilizará pela eventual impossibilidade de utilização dos meios eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo essa impossibilidade e não sendo

apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

11.7. Constatado o atendimento aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será declarada vencedora do certame.

11.8. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

11.9. O Envelope “Documentos de Habilitação” deverá conter os documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

11.9.1.HABILITAÇÃO

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou última alteração, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- b) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “a”, deste subitem;
- c) ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

11.9.1.1. Os documentos relacionados nas alíneas “a” a “d” do subitem 11.9.1.1. não precisarão constar do Envelope “Documentos de Habilitação”, se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

11.9.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) certidão de regularidade junto às Fazendas: Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante, bem como junto à Secretaria da Receita Federal, na forma da lei;
- d) certidão de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com efeito Negativo, expedida pela Justiça do Trabalho da 10ª região, acerca da empresa interessada e de todos os sócios (pessoa física ou jurídica) integrantes do quadro societário.

11.9.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.9.3.1. Certidões Negativas de Falência, expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede da licitante.

11.9.3.1.2. Onde não houver uma Central de Certidões do Tribunal de Justiça, deverá ser apresentada Certidão emitida pela Secretaria do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede da licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição

de Pedidos de Falência e Concordata, bem como, deverão ser apresentadas às certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento.

11.9.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA OS LICITANTES:

11.9.4.1. No mínimo um (1) atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público, que comprove que a licitante desempenhou, ao menos por 24 (vinte e quatro) meses, atividade pertinente e compatível com o objeto deste instrumento convocatório. O atestado deverá ser emitido sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas e deverá ser assinado por quem tenha competência para expedi-lo.

11.9.5. DECLARAÇÃO RELATIVA À MÃO-DE-OBRA

11.9.5.1. Declaração de que o licitante não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme disposições contidas na Lei Federal nº. 9.584, de 27 de outubro de 1999, de acordo com o modelo –**Anexo V**.

11.9.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES E DOCUMENTOS:

11.9.6.1. Declaração conforme **Anexo VI – Declaração de Compromisso e Idoneidade**, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo Representante Legal da Licitante ou Procurador credenciado, desde que haja poderes outorgados na Procuração, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.9.6.2. No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

11.10. DA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE BENEFICIÁRIAS DO REGIME DIFERENCIADO INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006:

11.10.1. As microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado instituído pela Lei Complementar nº. 123/2006, após a etapa de lances, deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive aquela que comprova sua regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

11.10.2. Havendo alguma restrição na documentação comprobatória de sua regularidade fiscal, a licitante ou profissional liberal, será habilitada e declarada vencedora do certame na sessão do pregão, nos termos do art. 43, § 1º, da supracitada Lei Complementar, após o que a Pregoeira dará ciência às licitantes desta decisão e intimará a licitante declarada vencedora para, no prazo de dois (2) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento desta declaração, ou após o julgamento de eventuais recursos, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, proceder à regularização da documentação.

11.10.4. Durante o prazo referido no subitem 11.10.2., não poderá ser exigida a assinatura do contrato.

11.10.5. A não-regularização da situação fiscal no prazo e condições disciplinadas no subitem 11.10.2. implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93 e art. 7º da Lei nº. 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar a licitante remanescente, na ordem de classificação, nos termos deste Edital, ou revogar a licitação.

11.11. OBSERVAÇÕES:

11.11.1. O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.

11.11.2. Não serão aceitas certidões positivas de débito, exceto quando constar da própria certidão ressalva que autorize a sua aceitação (certidão positiva com efeito negativo).

11.11.3. Todos os documentos apresentados para comprovar a habilitação da licitante deverão apresentar identidade de número registro no CNPJ, vez que não será admitida a apresentação de documentos de estabelecimentos diversos, ressalvadas as certidões que só possam ser emitidas por meio do CNPJ da Matriz.

11.11.4. A aceitação dos documentos obtidos via "internet" ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio.

11.11.5. Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de noventa (90) dias entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.

11.11.6. A apresentação de cópia reprográfica autenticada do certificado de registro cadastral de quaisquer órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, com prazo de validade em vigor, supre as exigências referentes à apresentação dos documentos aludidos, com exceção da certidão de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), na forma do que dispõe o art. 32, § 2º, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.11.7. Só será aceito certificado de registro cadastral cujo objeto seja, comprovadamente, compatível com o objeto licitado.

11.11.8. Os documentos poderão ser apresentados em via original ou por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas ou por oficiais do Registro Civil das pessoas naturais, competentes por força da Lei Federal nº. 8.935, de 18/11/1994, ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei.

11.11.9. Na hipótese da apresentação de documentos originais não acompanhados pelas respectivas cópias, estes serão anexados ao processo licitatório.

11.11.10. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que apenas comprovem o seu requerimento.

12. RECURSO

12.1. Uma vez adjudicado o objeto do presente certame à vencedora, as demais proponentes presentes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer de qualquer ato praticado durante a sessão do Pregão, sendo concedido à(s) recorrente(s), o prazo de três (3) dias úteis, contados da data da sessão, para apresentação das razões, ficando as demais proponentes intimadas para apresentarem contrarrazões em igual prazo, contados, todavia, do término do prazo das recorrentes.

12.2. É assegurada vista dos autos a todos os presentes durante a própria sessão para fins de apresentação de razões ou contrarrazões de recurso.

12.3. A petição de interposição do recurso poderá ser feita por escrito até o término da sessão.

12.4. A falta de manifestação importará na perda do direito de recorrer.

12.5. Os recursos não terão efeito suspensivo.

12.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, a/o Pregoeira/o opinará sobre a adjudicação do objeto licitado.

13.2 No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.

13.2 A Autoridade Competente homologará o resultado da licitação, convocando o vencedor a confirmar o recebimento do Termo Contratual no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o envio.

13.3 Na hipótese da proponente vencedora ser convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não mantiver as condições de habilitação ou se recusar injustificadamente em confirmar o recebimento do Termo Contratual, será retomada a Sessão Pública, para que os demais proponentes classificados, na ordem determinada após a etapa de lances, promovam a continuidade dos procedimentos da sessão pública, adjudicação e homologação.

14. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS

14.1 As obrigações e responsabilidades contratuais são as descritas nas respectivas cláusulas do presente Edital e seus anexos, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta Licitação.

15 CONTRATO

15.1 Será firmado o termo contratual, cujas cláusulas e condições são reguladas pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações subsequentes; conforme minuta constante no anexo X do presente edital;

15.2 Farão parte integrante do processo o contrato e todos os elementos apresentados pela licitante vencedora, que tenham servido de base para o julgamento deste Edital de Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital de Licitação e seus anexos, independentemente de transcrição;

15.3 A Administração convocará a licitante vencedora para assinatura do Termo Contratual no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes;

15.4 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Termo Contratual, conforme estabelecido no subitem anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades a que se refere a Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes;

15.5 É facultado à Administração, quando a convocada não assinar o Termo Contratual no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira colocada, inclusive quanto aos preços, ou revogar o presente Edital de Licitação independente da comunicação prevista no artigo 81, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes;

15.6 O prazo de confirmação de recebimento do Termo Contratual poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que seja

apresentado motivo devidamente justificado;

15.7 Somente poderá celebrar contrato ou instrumento equivalente com o CRESS/TO, a adjudicatária que, nos termos do parágrafo 3º, do Art. 195 da Constituição Federal, comprove até adata da contratação, estar regular perante a Previdência Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante, respectivamente, a apresentação, em original ou cópia autenticada, da Certidão Negativa Federal e do Certificado de Regularidade de Situação - CRS do FGTS, em vigor;

15.8 No ato do envio do Termo Contratual, se a licitante vencedora não apresentar situação regular de habilitação, poderá ser convocada outra licitante, observada a ordem de classificação dos lances, para celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.9 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura do Termo Contratual, período no qual os preços cotados serão irrevogáveis.

16 DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 A proponente vencedora terá até 5 (cinco) dias para iniciar a prestação dos serviços, conforme objeto licitado, a contar da data da homologação do resultado e assinatura do contrato.

16.2 Não serão aceitas ofertas de outros serviços que não sejam os especificados no referido procedimento, portanto se a proponente não tem condições de executar o que realmente está sendo Licitado não deverá fazer a proposta.

16.3 O prazo de validade da Proposta de Preço será de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de entrega dos envelopes das Propostas, devendo os preços serem garantidos e inalterados durante esse prazo.

16.4 Poderão ser exigidos, em qualquer oportunidade, documentos ou informações complementares do(s) licitante(s).

16.5 A Licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços de 25% inicial atualizado.

16.6 O caso de supressão acima do limite ora estabelecido somente poderá ser efetivado mediante acordo entre as partes.

17 DO PREÇO E DO REAJUSTE:

17.1 O preço proposto somente poderá ser reajustado, mediante a apresentação pela vencedora do certame à planilha de custos e demais documentações que comprovem a necessidade do respectivo reajuste, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual, mediante prévia autorização da Administração.

17.2 Em caso de prorrogação contratual conforme art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada, o reajuste do contrato será anual e poderá ser concedido mediante aplicação da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

18 FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1.1. Deverá apresentar no CRESS a Nota Fiscal/Fatura, emitida em duas (2) vias, referente ao mês que foi concluído a prestação dos serviços, devendo conter a descrição do objeto, o número do contrato e o número da conta bancária da Contratada, para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado no prazo de dez (10) dias úteis após a apresentação;

18.1.2. Na hipótese da Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, o Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado

para pagamento, de acordo com o relatório emitido pela Tesouraria, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que o Contratante terá o prazo de cinco (10) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e o pagamento;

18.1.3. O pagamento somente poderá ser efetuado se a Contratada estiver em situação fiscal regular, isto é, desde que apresente as certidões elencadas no item 12.9.2., alíneas “b” até “e”, conforme seja o caso, deste Edital, com a Fatura ou Nota Fiscal devidamente atestada pela Administração do Contratante discriminando os serviços executados.

18.1.4. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

18.1.5. O preço pelo qual será aportado o objeto da presente licitação, em caso de prorrogação, será reajustado a cada 12 (doze) meses com base no INPC/IBGE.

19 ADIAMENTO, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

19.1 A Administração reserva-se o direito de revogar o presente Edital de Licitação por razões de interesse público, no todo ou em parte, ou anulá-lo, no todo ou em parte, por vício, ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, bem como adiar ou prorrogar o prazo para o recebimento e abertura das propostas, descabendo, em tais casos, qualquer reclamação ou direito a indenização pelas licitantes.

19.2 As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Termo Contratual.

20 PENALIDADES

20.1 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

20.2 A licitante vencedora da licitação ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 81 a 88 da Lei nº 8.666/1993, ficando estipulada a multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço e na hipótese de descumprimento das demais cláusulas contratuais, quantias essas que serão descontadas dos pagamentos devidos ou cobrados judicialmente.

21 DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 Os casos omissos serão solucionados pela autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições das Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

21.2 Os envelopes de habilitação não abertos estarão disponíveis na Sede do CRESS/TO para retirada por seus respectivos proponentes, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação do resultado da licitação. Caso não sejam retirados no prazo anterior, serão inutilizados.

21.3 Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação ou proposta relativa ao presente pregão.

21.4 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público,

decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.5 O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pela/o Pregoeira/o e Equipe de Apoio.

21.6 Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da Justiça Federal, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

21.7 Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos na Sede do CRESS/TO, no horário de 12h às 18h ou via e-mail: licitacaocressto@gmail.com

21.8 Fazem parte deste Edital:

21.8.1 I - Anexo I – Termo de Referência.

21.8.2 II - Anexo II – Proposta Comercial

21.8.3 III - Anexo III - Planilha de Formação de Preços.

21.8.4 IV - Anexo IV - Modelo de Carta Credencial.

21.8.5 V - Anexo V - Declaração de Concessão de Emprego a Menores.

21.8.6 VI - Anexo VI - Declaração de Fato Impeditivo.

21.8.7 VII - Anexo VII - Declaração de que atendeu aos Requisitos da Habilitação.

21.8.8 VIII - Anexo VIII - Declaração de Cumprimento e Aceitação das Condições do Edital.

21.8.9 IX - Anexo IX – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

21.8.10 X - Anexo X – Minuta do Contrato.

Palmas/TO, 23 de outubro de 2023.

Taciane de Oliveira
Presidente – CRESS-TO.

Simone Gustmann de Oliveira.
Pregoeira - CRESS-TO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Termo de Referência, a aquisição de móveis planejados para nova Sede do CRESS-TO, compreendendo os serviços de confecção, entrega e instalação, de acordo com as especificações e quantitativos descritos abaixo.

1.2 A licitação do objeto deste Termo de Referência se dará por **VALOR GLOBAL**, pelo motivo da necessidade da uniformidade da estética (padronização) dos móveis da instituição.

RECEPÇÃO				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total
1	1	Balcão de atendimento em U – 2x2x1m		
2	1	Armário para balcão – 1,80x0,60x0,70m		
3	1	Prateleira para café - 0,60x0,30m		
4	1	Porta de correr com puxador - 2,4x0,80m		
SALA DE REUNIÃO				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total
5	1	Mesa de reunião com painel para TV – 5,75x1,20x0,75m com caixa para tomada, 10 amperes.		
6	1	Armário com portas, prateleira internas e tranca – 4,75x0,75x0,50m.		
SALA DE ARQUIVO				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total
7	1	Conjunto de 3 Armários: 1 Armário para pastas suspensas + 2 Armários com portas de abrir e prateleiras internas .		
SALA DE FISCAIS				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total
8	2	Mesa em L, com 04 gavetas com chave e suporte para CPU 1,20x1,20x0,75m		
9	1	Armário, com prateleiras e 04 gavetas para pastas suspensas com chave – 1,20x1,20x0,75m.		
SALA DO JURÍDICO				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total

10	1	Mesa em L, com 04 gavetas com chave e suporte para CPU – 1 x1 x0,75m.		
SALA PRESIDÊNCIA				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total
11	1	Mesa em L, com 04 gavetas com chave e suporte para CPU – 1 x1 x0,75m.		
12	1	Armário baixo com 6 portas, prateleiras e chave 2,40x0,50x0,80m.		
SALA ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total
13	3	Mesa em L – 1,6 x1,4 x0,75m, com 04 gavetas com chave e suporte para CPU		
14	1	Armário baixo com 6 portas, prateleiras e chave 2,40x0,50x0,80m		
ESCADA				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total
15	1	Armário para impressora, com 02 portas e prateleira interna – 0,90x0,6x0,70m.		
COZINHA				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total
16	1	Armário de bancada inferior com prateleiras internas, gaveteiro e portas de abrir (2x2,30x0,70m)		
17	1	Armário superior com prateleiras internas, suporte para micro-ondas e portas de abrir (2,30x0,7x0,35m).		
SALÃO				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total
18	1	Mesa para computador, com suporte deslizante para teclado – 1 x 0,6x0,75m.		
PISO SUPERIOR				
19	1	Armário com portas de abrir com tranca e prateleiras internas - 1,60x0,40x1,80m.		
VALOR TOTAL				

1.3 O material em madeira de média densidade (MDF) marca Duratex ou de similar qualidade e resistência com as espessuras especificadas no projeto, com madeira de reflorestamento e com **proteção antifúngico e antibacteriano**, devendo ter garantia **mínima de cinco anos**.

1.4 As mesas devem ser confeccionadas com **Passa Fios** indicado para condução de fios pela mesa com devida praticidade e inovação; devendo ser fabricadas em **polietileno ou PVC**, na cordo próprio móvel;

1.5 As gavetas, os gaveteiros e os armários devem possuir sistema de trancamento com chave;

1.6 Todo material deve acompanhar a utilização de ferragens de alta qualidade e durabilidade.

1.7 Todo mobiliário deve ter garantia de no **mínimo 05 anos**;

1.8 Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

1.9 Todos os valores já devem ter incluso toda a instalação a ser realizada na nova sede do CRESS-TO, situada na **405 Sul, Conj. OI 11 Al 32 Lt 24 Plano Diretor Sul, CEP: 77.015-648.**

1.10 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela execução de todos os serviços necessários para pleno atendimento aos serviços contratados, bem como de excelente qualidade.

1.11 O projeto final e a cor dos móveis será definido pela contratante após a formalização do contrato com a empresa vencedora.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Considerando a mudança para nova sede do Conselho Regional de Serviço Social da 25ª Região/TO, recém inaugurada;

2.2 Considerando a necessidade de mobiliar e otimizar o espaço físico funcional do conselho, de modo a propiciar condições favoráveis de trabalho e aproveitamento de espaço para os funcionários, conselheiros, profissionais de serviço social e usuários.

2.3 Considerando a necessidade de confeccionar e instalar móveis planejados em marcenaria material MDF, sob medida para todas as salas, e setores da nova estrutura física desse Conselho; e assim oferecer melhores condições de trabalho e

proveitamento de espaço aos funcionários, conselheiros, profissionais e usuários.

3. AMPARO LEGAL

3.1 A natureza do objeto a ser contratado é de natureza comum nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei 10.520, de 2002, e as especificações dos materiais estão definidas de forma clara, concisa e objetiva. As unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

4. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA E INSTALAÇÃO DO OBJETO

4.1 O prazo para a entrega e a montagem dos móveis sob medida será de no **máximo 50 (cinquenta dias) corridos**, contados da data que a empresa contratada receber a nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.2 A empresa deverá prever execução de serviços fora do horário normal de expediente deste Conselho, inclusive nos finais de semana e feriados.

4.3 A entrega e a montagem dos móveis sob medida, objeto de aquisição imediata, deverá ser feita mediante prévio agendamento pelo telefone (63) 3215-2880, a ser realizada no seguinte endereço: 405 Sul Al 32 Lt 24 Plano Diretor Sul. Palmas-TO

5. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS OBJETOS

5.1 Os bens serão recebidos provisoriamente a partir da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3 Os bens serão recebidos definitivamente no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação do atendimento aos requisitos de qualidade, quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.6 No caso de ocorrência de caso fortuito que venha a impossibilitar o cumprimento dos referidos prazos de entrega, a empresa contratada deverá comunicar por escrito ao órgão contratante tal ocorrência, indicando a data em que efetivará a entrega, não podendo o prazo da entrega, computado o adiamento, ser superior a 10 (dez) dias corridos.

5.7 A justificativa será analisada pelo Conselho, que deferirá ou indeferirá a solicitação quanto essa prorrogação.

5.8 Os materiais objeto deste Termo serão considerados aceitos somente após terem sido desembalados, conferidos pela respectiva área solicitante e/ou pelo(a) responsável pelo acompanhamento e atendidas as especificações e condições exigidas no edital.

5.9 Em hipótese alguma será aceito o objeto em desacordo com as condições pactuadas ficando ao encargo da contratada o controle de qualidade do fornecimento de sua responsabilidade, bem como a repetição de procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e resultados requisitados.

5.10 O transporte e a embalagem dos itens objeto deste Termo, serão de total responsabilidade da empresa contratada.

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

6.1 A demanda e quantitativo do mobiliário solicitado pela Diretoria do CRESS-TO, tem como base as necessidades estruturais da Instituição, de forma a proporcionar um ambiente em condições favoráveis e adequadas ao desenvolvimento de suas atividades administrativas.

6.3 As Mesas devem ser confeccionadas com Passa Fios indicado para condução de fios pela mesa com devida praticidade e inovação; devendo ser fabricados em **polietileno ou PVC**, na cordo próprio móvel;

6.4 As gavetas, os gaveteiros e os armários devem possuir sistema de trancamento com chave.

6.5 Todo material deve acompanhar a utilização de ferragens de alta qualidade e durabilidade.

7. DA GARANTIA DO MOBILIÁRIO

7.1 O prazo de garantia dos móveis sob medida e dos serviços de montagem será de no **mínimo 05 (cinco) anos**, contados da emissão do termo de recebimento definitivo.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CRESS-TO

8.1 Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto.

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega e do serviço de instalação e montagem, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.4 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da contratação, fixando prazo para a sua correção;

8.5 Pagar à Contratada o valor resultante da execução do objeto, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Prestar informações ao CRESS-TO sempre que for questionada sobre o andamento da fabricação dos móveis;

9.2 Permitir o acompanhamento do processo de fabricação dos móveis, inclusive respondendo aos questionamentos deste Conselho sobre a aquisição dos materiais, tais como origem, fornecedores, entre outros.

9.3 Executar o objeto conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, além de fornecer os materiais e equipamentos, reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

9.4 Manter o preposto nos horários predeterminados pela Administração;

9.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.7 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas na legislação específica, **cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;**

9.8 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.11 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO PAGAMENTO:

11.1 O pagamento será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou via pix, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste TR.

11.2 No caso de processamento do pagamento através de depósito bancário deverão

ser fornecidos os seguintes dados: a) banco; nome e código; b) agência: nome e código e c) número da conta corrente (completo).

11.3 O pagamento será realizado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, para que seja lavrada certidão de seu recebimento (em definitivo) ou atestada sua execução irregular, de forma devidamente circunstanciada, o que implicará, neste caso, a suspensão do prazo para pagamento.

11.4 O pagamento será efetivado no **prazo máximo de 10 dias úteis**, contados da certidão de recebimento em definitivo do objeto, salvo em caso de necessidade de retenção de valor referente a multa moratória, quando esse prazo será de 15 dias úteis.

11.5 Para todos os fins, considera-se data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

11.6 O pagamento fica condicionado à comprovação da regularidade perante:

- a) a Fazenda Nacional, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débito relativo aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mediante apresentação da Certidão
- c) Negativa de Débito (CND);
- d) o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação da Certificado de Regularidade.

11.7 Será efetuada a retenção de tributos por ocasião do pagamento das Notas Fiscais/Fatura emitidas por pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral,

inclusive obras, conforme normas que regulamentam o artigo 64, da Lei 9.430 de 27/12/96.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1 O fiscal do contrato, referente á presente contratação, será designado pela presidente do CRESS-TO, dentre os servidores lotados no Órgão, os quais deverão registrar a entrega dos objetos, e montagem dos mesmos, conferindo as ocorrências relacionadas com a ordem de entrega juntamente com o Termo de Referência, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados e atestará a nota fiscal, para fins de pagamento.

13. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 Será vencedora a proposta que apresentar o MENOR PREÇO UNITÁRIO a das demais;

13.2 Caso a empresa vencedora de acordo com o item 13.1 não atender as demais exigencias deste Termo de Referência será convocada a segunda colocada no prazo maximo de 5 (cinco) dias após a solicitação de entrega da documentação ao primeiro colocado, caso este não apresentar dentro do prazo.

Palmas, 25 de agosto de 2023.

Simone Gustmann de Oliveira.
Pregoeira - CRESS-TO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023

ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL

À Comissão Permanente de Licitação do Conselho Regional de Serviço Social do Tocantins,
Após examinar e estudar detalhadamente o edital Pregão Presencial nº 07/2023 e seus anexos,
a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o
nº _____,
vem apresentar sua Proposta Comercial, com prazo de validade de 60
(sessenta) dias, nos seguintes termos:

1. Descrição do objeto:

1.2 Aquisição de móveis planejados para nova Sede do CRESS-TO, compreendendo os serviços
de confecção, entrega e instalação, de acordo com as especificações e quantitativos descritos
no TR (anexo I) deste edital:

2 Proposta Comercial (valor global): R\$ _____, (_____).

Informamos que no preço total proposto estão incluídas todas as despesas necessárias à perfeita
realização do objeto, cobrindo todos os custos de mão de obra, encargos sociais, materiais,
equipamentos, transportes, alimentação, lucros, encargos fiscais e para-fiscais, despesas diretas e
indiretas, bem como aquelas indispensáveis para proporcionar e manter a higiene e segurança dos
trabalhos.

(Local e Data), ____ de _____ de 2023.

**(Carimbo, Nome e Assinatura do titular ou Representante legal da empresa, nº CPF, nº RG,
função e/ou cargo).**

**OBS:- Este documento deverá ser ANEXADO AO ENVELOPE A – PROPOSTA
COMERCIAL.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023

ANEXO-III

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Objeto: Aquisição de móveis planejados para nova Sede do CRESS-TO, compreendendo os serviços de confecção, entrega e instalação.

Razão Social:

CNPJ:

Inscrição Estadual ou Municipal:Endereço:

RECEPÇÃO				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total
1	1	Balcão de atendimento em U – 2x2x1m		
2	1	Armário para balcão – 1,80x0,60x0,70m		
3	1	Prateleira para café - 0,60x0,30m		
4	1	Porta de correr com puxador - 2,4x0,80m		
SALA DE REUNIÃO				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total
5	1	Mesa de reunião com painel para TV – 5,75x1,20x0,75m com caixa para tomada, 10 amperes.		
6	1	Armário com portas, prateleira internas e tranca – 4,75x0,75x0,50m.		
SALA DE ARQUIVO				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total
7	1	Conjunto de 3 Armários: 1 Armário para pastas suspensas + 2 Armários com portas de abrir e prateleiras internas.		
SALA DE FISCAIS				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total
8	2	Mesa em L, com 04 gavetas com chave e suporte para CPU 1,20x1,20x0,75m		
9	1	Armário, com prateleiras e 04 gavetas para pastas suspensas com chave – 1,20x1,20x0,75m.		

SALA DO JURÍDICO				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total
10	1	Mesa em L, com 04 gavetas com chave e suporte para CPU – 1 x1 x0,75m.		
SALA PRESIDÊNCIA				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total
11	1	Mesa em L, com 04 gavetas com chave e suporte para CPU – 1 x1 x0,75m.		
12	1	Armário baixo com 6 portas, prateleiras e chave 2,40x0,50x0,80m.		
SALA ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total
13	3	Mesa em L – 1,6 x1,4 x0,75m, com 04 gavetas com chave e suporte para CPU		
14	1	Armário baixo com 6 portas, prateleiras e chave 2,40x0,50x0,80m		
ESCADA				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total
15	1	Armário para impressora, com 02 portas e prateleira interna – 0,90x0,6x0,70m.		
COZINHA				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total
16	1	Armário de bancada inferior com prateleiras internas, gaveteiro e portas de abrir (2x2,30x0,70m)		
17	1	Armário superior com prateleiras internas, suporte para micro-ondas e portas de abrir (2,30x0,7x0,35m).		
SALÃO				
Item	QTD.	Descrição	V. Unit	V. total
18	1	Mesa para computador, com suporte deslizante para teclado – 1 x 0,6x0,75m.		
PISO SUPERIOR				
19	1	Armário com portas de abrir com tranca e prateleiras internas - 1,60x0,40x1,80m.		
VALOR TOTAL				

*Declaramos que concordamos com todas as exigências do Edital nº 07/2023.

*Validade da proposta: _____ dias. Local e data, __ de _____ de 2023.

(Carimbo, Nome e Assinatura do titular ou Representante legal da empresa, N° CPF, N° RG, função e/ou cargo).

OBS:- Este documento deverá ser ANEXADO AO ENVELOPE A – PROPOSTA COMERCIAL.

ANEXO IV

MODELO DE CARTA CREDENCIAL

(papel timbrado da Empresa)

A/C COMISSÃO DE LICITAÇÃO

A empresacredencia o Sr. (a)Carteira de Identidade n.º....., conferindo-lhe todos os poderes necessários à prática de quaisquer atos relacionados com ao Edital, modalidade Pregão Presencial n.º. 07/2023, assim como os poderes específicos para rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações, impugnações ou recursos, renunciar ao(s) prazo(s) recursal(ais), bem como assinar atas.

Local e data, _____ de _____ de 2023.

(Carimbo, Nome e Assinatura do titular ou Representante legal da empresa, N.º CPF, N.º RG, função e/ou cargo).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CONCESSÃO DE EMPREGO A MENORES

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESAC.N.P.J.
INSCRIÇÃO ESTADUAL OU MUNICIPAL ENDEREÇO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Para fins de participação, no PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2023, em cumprimento com o que determina o Art. 27, Inciso V, da Lei Nº 8.666/93, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não possui empregado menores de 18 anos em jornada noturna, ou em locais insalubres ou perigosos; não possui em seus quadros empregados menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2023.

(Carimbo, Nome e Assinatura do titular ou Representante legal da empresa, Nº CPF, Nº RG, função e/ou cargo).

OBS: Este documento deverá ser ANEXADO AO ENVELOPE B – DA HABILITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESAC.N.P.J.
INSCRIÇÃO ESTADUAL OU MUNICIPALENDEREÇO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Para fins de participação, no PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não foi declarada inidônea em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal, e nem esta suspensão de participar de licitação na cidade de Palmas- TO,nos termos do Artigo 32 - Parágrafo 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2023.

(Carimbo, Nome e Assinatura do titular ou Representante legal da empresa, Nº CPF, Nº RG, função e/ou cargo).

OBS:- Este documento deverá ser ANEXADO AO ENVELOPE B – DA HABILITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE QUE ATENDEU AOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº _____, sediada
(endereço completo) _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

☐ **cumpre plenamente** os requisitos de habilitação do processo licitatório em epígrafe, em atenção ao art.4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

☐ **cumpre plenamente, exceto quanto às obrigações fiscais**, os requisitos de habilitação do processo licitatório em epígrafe, em atenção ao art.4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, ressalvado o previsto no art.43º, § 1º da Lei 123/2006 e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____ de _____ de 2023.

(Carimbo, Nome e Assinatura do titular ou Representante legal da empresa, Nº CPF, Nº RG, função e/ou cargo).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL

Eu,..... RG:....., representante legal da empresa
....., CNPJ nº, interessada em participar no Processo
Licitação (Pregão Presencial nº 7/2023), do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/TO,
DECLARO, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, que a empresa acima
mencionada cumpre e aceita todas as condições do Edital e seus Anexos, referente a Pregão
Presencial nº 7/2023.

Local e data, _____ de _____ de 2023.

(Carimbo, Nome e Assinatura do titular ou Representante legal da empresa, Nº CPF, Nº RG,
função e/ou cargo).

**OBS: Este documento deverá ser ANEXADO AO ENVELOPE A – PROPOSTA
COMERCIAL.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2023

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Modelo a ser preenchido pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte)

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Eu,, portador do CPF nº e RG nº

,
representante legal da empresa, CNPJ nº, DECLARO, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

_____, de _____ de 2023.

(Carimbo, Nome e Assinatura do titular ou Representante legal da empresa, Nº CPF, Nº RG, função e/ou cargo).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023 ANEXO X
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXXX/2023 QUE
ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE
SERVIÇO SOCIAL DO TOCANTINS 25ª REGIÃO E A
EMPRESA XXXXXXXXXXXXX.

O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS 25ª REGIÃO – CRESS/TO, autarquia pública federal, com jurisdição no estado do Tocantins, inscrito no CNPJ sob o número 09.360.985/0001-30, com sede na Quadra 405 Sul Conj QI 11 Al 32 Lt 24, CEP: 77.015-648, neste ato representado por sua Presidente, **Sra. TACIANE DE OLIVEIRA**, brasileira, Assistente Social, portadora da Cédula de Identidade de nº. 408212 – SSP-/TO e do CPF de nº. 987.552.771-87, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado por seu representante legal XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, XXXXXXXXXXXXXXX, empresário, portador do documento de identidade nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, que será regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislações complementares, pelo Edital Pregão Presencial nº 07/2023 (processo administrativo nº 085/2023), pela proposta comercial da CONTRATADA ofertada neste certame e pelas cláusulas seguintes.

Este contrato tem por objeto a aquisição de móveis planejados para nova Sede do CRESS-TO, compreendendo os serviços de confecção, entrega e instalação, a ser executado sob a forma de execução indireta e em regime de empreitada por preço global.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto do presente contrato, a aquisição de móveis planejados para nova Sede do CRESS-TO, compreendendo os serviços de confecção, entrega e instalação, de acordo com as especificações e quantitativos descritos no Termo de Referência.
- 1.2 O material em madeira de média densidade (MDF) marca Duratex ou de similar qualidade e resistência com as espessuras especificadas no projeto, com madeira de reflorestamento e com **proteção antifúngico e antibacteriano**, devendo ter garantia **mínima de cinco anos**.
- 1.3 As mesas devem ser confeccionadas com **Passa Fios** indicado para condução de fios pela mesa com devida praticidade e inovação; devendo ser fabricadas em **polietileno ou PVC**, na cor do próprio móvel;
- 1.4 As gavetas, os gaveteiros e os armários devem possuir sistema de trancamento com chave;
- 1.5 Todo material deve acompanhar a utilização de ferragens de alta qualidade e durabilidade.

- 1.6 Todo mobiliário deve ter garantia de no **mínimo 05 anos**;
- 1.7 Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 1.8 Todos os valores já devem ter incluso toda a instalação a ser realizada na nova sede do CRESS-TO, situada na **405 Sul, Coni OI 11 Al 32 Lt 24 Plano Diretor Sul, CEP: 77.015-648.**
- 1.9 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela execução de todos os serviços necessários para pleno atendimento aos serviços contratados, bem como de excelente qualidade.
- 1.10 A empresa vencedora deverá apresentar projeto, conforme especificações no Termo de Referência para que o mesmo seja aprovado, só após os móveis serão planejados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 2.1 Prestar informações ao CRESS-TO sempre que for questionada sobre o andamento da fabricação dos móveis;
- 2.2 Permitir o acompanhamento do processo de fabricação dos móveis, inclusive respondendo aos questionamentos deste Conselho sobre a aquisição dos materiais, tais como origem, fornecedores, entre outros.
- 2.3 Executar o objeto conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, além de fornecer os materiais e equipamentos, reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- 2.4 Manter o preposto nos horários predeterminados pela Administração;
- 2.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 2.6 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 2.7 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, **cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante**;
- 2.8 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 2.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

2.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.11 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1 Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto.

3.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

3.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega e do serviço de instalação e montagem, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

3.4 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da contratação, fixando prazo para a sua correção;

3.5 Pagar à Contratada o valor resultante da execução do objeto, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

4. CLAÚSULA QUARTA: DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 Pela prestação do serviço objeto do presente contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX).

4.2 O pagamento será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou via pix.

4.3 No caso de processamento do pagamento através de depósito bancário deverão ser fornecidos os seguintes dados: a) banco; nome e código; b) agência: nome e código e c) número da conta corrente (completo).

4.4 O pagamento será realizado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, para que seja lavrada certidão de seu recebimento (em definitivo) ou atestada sua execução irregular, de forma devidamente circunstanciada, o que implicará, neste caso, a suspensão do prazo para pagamento.

4.5 O pagamento será efetivado no **prazo máximo de 10 dias úteis**, contados da certidão de recebimento em definitivo do objeto, salvo em caso de necessidade de retenção de valor referente a multa moratória, quando esse prazo será de 15 dias úteis.

4.6 Para todos os fins, considera-se data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

5. CLAÚSULA QUINTA: DO PRAZO E LOCAL DA ENTREGA

5.1 O prazo para a entrega e a montagem dos móveis sob medida será de no **máximo 50 (cinquenta dias) corridos**, contados da data que a empresa contratada receber a nota de

empenho ou instrumento equivalente.

5.2 A empresa deverá prever execução de serviços fora do horário normal de expediente deste Conselho, inclusive nos finais de semana e feriados.

5.3 A entrega e a montagem dos móveis sob medida, objeto de aquisição imediata, deverá ser feita mediante prévio agendamento pelo telefone (63) 3215-2880, a ser realizada no seguinte endereço: Arso 42 (405 Sul) Conj QI 11, Al 32 Lt 24 Palmas-TO,

6. CLAÚSULA SEXTA: DA RESPONSABILIDADE FISCAL, TRABALHISTA E OUTROS

6.1 A CONTRATADA é exclusivamente responsável pelos encargos de natureza trabalhista, social e previdenciária, decorrentes, eventualmente, da execução dos serviços objeto do presente contrato.

6.2 A CONTRATADA obriga-se a respeitar todas as normas legais emanadas pelos órgãos públicos, bem como satisfazer às suas próprias expensas, quaisquer questões legais decorrentes da execução do presente contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL E PENALIDADES

7.1 A CONTRATADA pagará multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de descumprimento de uma ou mais cláusulas contratuais, quantias essas que serão descontadas dos pagamentos devidos e/ou cobrados judicialmente.

7.2 Independente da aplicação da penalidade prevista no item 1 da presente cláusula, o contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos no art. 77 e 78, inciso I a XVII da Lei nº 8.666/1993, na forma prevista pelos artigos 79 e 80.

8. CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA será exercida por empregado público especialmente designado pela Diretoria da CONTRATANTE.

9. CLÁUSULA NONA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

9.1 O presente contrato será regido pela Lei 8666/93 e suas legislações complementares, pelo Pregão Presencial nº 07/2023, pela proposta comercial da licitante vencedora e pelas cláusulas do presente contrato.

9.2 Aos casos omissos serão aplicados os preceitos de direito público e, subsidiariamente, a teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

10.1 Para solução de quaisquer controvérsias porventura oriundas do presente contrato, as partes

elegem o foro da Justiça Federal, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

10.2 E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos efeitos.

Palmas/TO, _____ de _____ de 2023.

Conselho Regional de Serviço Social do Tocantins
CONTRATANTE

CONTRATADA

De acordo com Assessoria jurídica do CRESS-TO.

HUGO BARBOSA MOURA – Advogado OAB-TO 3083

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: